CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Nunes diz que dona de ONG investigada é 'trabalhadora e decente' e fala em perseguição política por filme sobre Bolsonaro

Prefeito afirmou que conhece Karina Gama da Expo Cristã, negou ter relação próxima com a empresária e disse que, se a investigação tiver origem na produção de um filme sobre o ex-presidente, o caso seria 'grave' e configuraria 'perseguição política'.

Fonte original: g1. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	g1 (g1.globo.com)
Autor	Não identificado
Data de publicação	01/06/2026 16:02
URL original	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/06/01/nunes-diz-que-dona-de-ong-investigada-e-trabalhadora-e-decente-e-fala-em-perseguicao-politica-por-filme-sobre-bolsonaro.ghtml
Relevância	Alta · Política · Artigo
Pessoas citadas	Karina Gama, Ricardo Nunes, André Feldman, Mário Frias, Jair Bolsonaro, Bruno Lima, Karina Gama Drive, Alex Leandro Bispo dos Santos, Daniel Vorcaro
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Tribunal de Contas do Município, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público de São Paulo, Prefeitura de SP, Secretaria Municipal de Inovação, Secretaria Municipal de Tecnologia, Secretaria de Tecnologia, Google Drive, Secretaria de Inovação
Data da coleta	29/09/2026 10:04
Situação	No ar · última verificação 29/09/2026 10:30
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Um caso envolve a empresa Complexsys Soluções Integradas Ltda., contratada pela ONG para prestação de serviços.
• O proprietário é o empresário André Feldman, que aparece nas redes sociais em fotografias ao lado de Karina da Gama, dona e presidente do instituto.
• Em novembro de 2025, a Complexsys emitiu uma nota fiscal de R$ 2 milhões no sistema da Prefeitura de São Paulo por supostos serviços de verificação e reparo técnico de equipamentos. (defesa/posicionamento)
• O que diz a Complexsys

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

• Por meio de nota, a empresa Complexsys Soluções Integradas Ltda., do empresário André Feldman, relatou que “acompanha com serenidade a investigação atualmente conduzida pelas autoridades competentes e que é mera prestadora de serviços da OSC Instituto Conhecer Brasil”. (defesa/posicionamento)
• O empresário André Feldman, dono da Complexsys Soluções Integradas Ltda, que emitiu nota e cancelou em favor do instituto de Karina da Gama. — Foto: Reprodução/Redes Sociais (defesa/posicionamento)



Imagem: reprodução / g1

RESUMO
Em entrevista a jornalistas nesta segunda-feira (1º), Nunes afirmou que considera Karina uma mulher "decente" e "trabalhadora" e sugeriu "perseguição política", caso a investigação esteja relacionada à ligação dela com o filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A ONG, da mesma dona da produtora do filme sobre Jair Bolsonaro, é investigada por suspeita de fraude e desvio de recursos públicos em um contrato com a Prefeitura de São Paulo no valor de R$ 108 milhões por ano para instalação de wi-fi na cidade.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), saiu em defesa da empresária Karina Gama, responsável pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), alvo de uma operação que investiga suspeitas de desvio de recursos públicos de um contrato para instalação de redes de wi-fi em comunidades da capital.

Em entrevista a jornalistas nesta segunda-feira (1º), Nunes afirmou que considera Karina uma mulher "decente" e "trabalhadora" e sugeriu "perseguição política", caso a investigação esteja relacionada à ligação dela com o filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Karina é também sócia da produtora Go Up, responsável pela produção da cinebiografia "Dark Horse", termo para "azarão", em inglês (leia mais abaixo).

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) durante entrevista coletiva em SP — Foto: Reprodução/TV Globo

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

👉 A operação mira suspeitas de fraude no valor de R$ 108 milhões por ano para instalação de wi-fi na cidade de SP. O contrato com a Prefeitura previa a instalação de 5 mil pontos de wi-fi gratuito na periferia até junho de 2025, mas, até a presente data, apenas 3.200 foram instalados. Ao menos três aditivos foram assinados mudando a data de entrega total do serviço.

Ao comentar a hipótese de que recursos do contrato possam ter sido desviados para a produção do filme "Dark Horse", Nunes afirmou que, se a motivação da investigação for a ligação da empresária com o projeto audiovisual, o caso seria "grave".

"Se a motivação, conforme vocês estão me dizendo, é por conta do filme... 'Então estou indo atrás de um contrato com a prefeitura de 2024 por causa do filme', aí é grave. Aí é perseguição política", disse durante entrega de 131 unidades habitacionais do Residencial General Rondon, no Centro de SP.

Nunes disse que conheceu a empresária em eventos da Expo Cristã, mas negou manter contato frequente com ela.

"Acho que, se não me engano, foi a Expo Cristã que ela organizou. Mas não é uma pessoa que eu tenho contato. Já tive, mas não é uma pessoa que eu converso, que eu tenho contato, não. Mas não tenho problema nenhum de ter também", declarou.

"Se a questão é política, se eventualmente a questão é política, eu acho que é um erro grave. Eu acho que é um desrespeito à democracia. (...) Se estão fazendo isso por conta do filme, aí eu acho grave", completou Nunes.

Segundo o prefeito, a contratação foi feita após um chamamento público que ficou aberto por 30 dias e não recebeu impugnações, questionamentos ou propostas de outras entidades.

"Durante trinta dias não houve nenhum pedido de impugnação, nenhum questionamento, nenhuma outra entidade quis participar. Ainda bem que essa entidade se propôs a, dentro daqueles moldes, de colocar pontos dentro das favelas, das comunidades", afirmou.

Nunes afirmou ainda que a Prefeitura de São Paulo não encontrou irregularidades no contrato firmado com a entidade e sustentou que os 3,2 mil pontos de internet previstos estão instalados e em funcionamento.

Segundo o prefeito, eventual ilegalidade identificada pela Polícia Civil ou pelo Ministério Público será apurada pela administração municipal.

Assinatura de contrato

O deputado federal Bruno Lima (Podemos), que comandava a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia quando a Prefeitura de São Paulo firmou contrato com o Instituto Conhecer Brasil (ICB), afirmou nesta segunda-feira (1º) que apoia a apuração de suspeitas de desvio de recursos do projeto de instalação de internet gratuita em comunidades da capital para a produção de um filme.

Lima foi secretário municipal até 1º de agosto de 2024, quando deixou o cargo para retomar o mandato na Câmara dos Deputados. À época, era filiado ao Progressistas (PP), partido pelo qual se elegeu em 2022. Em abril deste ano, migrou para o Podemos durante a janela partidária.

A ONG, da mesma dona da produtora do filme sobre Jair Bolsonaro, é investigada por suspeita de fraude e desvio de recursos públicos em um contrato com a Prefeitura de São Paulo no valor de R$ 108 milhões

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

por ano para instalação de wi-fi na cidade. A ONG foi alvo de uma operação da Polícia Civil de São Paulo nesta segunda (leia mais abaixo).

Deputado Federal Delegado Bruno Lima (Podemos). — Foto: Divulgação

Na entrevista, o deputado também afirmou que nunca teve contato com Karina da Gama, responsável pelo Instituto Conhecer Brasil, organização investigada sob suspeita de utilizar recursos do contrato firmado com a prefeitura para a produção do filme sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), intitulado "Dark Horse" (Azarão, na tradução do inglês).

"Não a conheço. Nunca a vi na vida. Se passar na minha frente, não sei quem é", declarou.

Segundo ele, as informações reveladas após a divulgação de áudios envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PL) e o empresário Daniel Vorcaro, e que posteriormente passaram a ser relacionadas ao contrato para instalação de redes wi-fi em comunidades paulistanas, foram recebidas com surpresa.

"Defendo o escopo do projeto, que é a instalação da rede wi-fi em favelas da cidade, onde vivem as pessoas que mais precisam deste serviço. Toda a parte contratual foi feita pelo corpo técnico da Secretaria", afirmou.

O ex-secretário também negou qualquer vínculo político com o bolsonarismo. "Após o primeiro turno de 2022, tive a coragem de não apoiar Bolsonaro. E continuo não apoiando. Hoje estou em um partido ainda mais neutro [do que o Progressistas]", disse.

Mais cedo, em conversa com a reportagem, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou, em sua defesa, que o secretário de Inovação e Tecnologia responsável pela pasta no momento da assinatura do contrato com a ONG era Bruno Lima, delegado de carreira da Polícia Civil.

Suspeita de desvio de dinheiro

A ONG Instituto Conhecer Brasil (ICB), da mesma dona da produtora do filme sobre Jair Bolsonaro, é investigada por suspeita de fraude e desvio de recursos públicos em um contrato com a Prefeitura de São Paulo no valor de R$ 108 milhões por ano para instalação de wi-fi na cidade. A ONG foi alvo de uma operação da Polícia Civil de São Paulo nesta segunda-feira (1º).

O instituto é de propriedade da empresária Karina Ferreira da Gama, sócia da produtora Go UP, que também produz o filme sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), intitulado Dark Horse (Azarão, na tradução do inglês).

👉 O contrato com a Prefeitura de São Paulo previa a instalação de 5 mil pontos de wi-fi gratuito na periferia até junho de 2025, mas, até hoje, apenas 3.200 foram instalados. Ao menos três aditivos foram assinados mudando a data de entrega total do serviço.

Na representação feita à Justiça, a polícia cita as seguintes suspeitas:

- O Tribunal de Contas do Município apontou ao menos 20 irregularidades graves no edital de chamamento público, como o uso de "critérios genéricos para a escolha de uma organização social sem experiência prévia no setor de telecomunicações" e que, até então, "atuava na promoção de eventos religiosos e literários gospel".

- Disparidade de custos entre o que a empresa pública municipal Prodam cobrava da Prefeitura de SP (R$ 230 para a implantação de cada ponto de internet e R$ 306 para a manutenção mensal) e o contrato com o ICB, que previa R$ 1.800 por ponto.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

- Durante o período eleitoral de 2024, a instalação dos pontos foi antecipada, mas depois o ritmo de instalação diminuiu. Em contrapartida, diz o inquérito, a prefeitura deveria ter pagado R$ 43 milhões, mas transferiu R$ 69 milhões, resultando em R$ 26 milhões pagos por serviços não prestados.

- Os "recursos milionários" recebidos pela ONG "teriam sido pulverizados por meio de subcontratações suspeitas com empresas parceiras para escoamento do dinheiro público".

- "Há consistentes suspeitas de confusão patrimonial e de que os recursos públicos do programa 'WiFi Livre SP' tenham sido desviados para custear as atividades de produção do referido filme, utilizando as contas das empresas subcontratadas e das demais organizações sociais geridas pela investigada para a lavagem dos valores desviados do erário de São Paulo."

Contrato de wifi entre ONG de Karina Gama e Prefeitura de SP é alvo de investigação — Foto: Reprodução

Conforme o g1 publicou, tanto a ONG quanto a empresa do filme funcionam oficialmente no mesmo endereço da Avenida Paulista, mas as duas mudaram para a Rua Haddock Lobo, nos Jardins, sem atualização formal nos registros estaduais e federais.

A operação cumpriu mandados de busca e apreensão nos endereços ligados à dona da produtora e também na sede da Secretaria Municipal de Tecnologia e Inovação, responsável pelo contrato entre a gestão municipal e a ONG.

Foram recolhidos computadores, celulares, documentos e notas fiscais na prefeitura e na ONG.

Segundo a investigação da 2.ª Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública, Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (DICCA), do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC), o valor do contrato de R$ 108 milhões subiu para R$ 157,1 milhões, com aditivos assinados pela gestão do Prefeito Ricardo Nunes (MDB) e repassados à ONG.

O inquérito da Polícia Civil apura se pelo menos R$ 26 milhões desse montante foram usados pela ONG sem a devida prestação do serviço à cidade de Sâo Paulo, o que configuraria possível desvio de recursos públicos.

A reportagem do g1 também apontou que a ONG usou ao menos R$ 4 milhões em notas falsas para justificar despesas da entidade.

O prefeito Ricardo Nunes disse, por mensagem de WhatsApp, que a gestão municipal está à disposição para auxiliar nas investigações.

“Não constatamos nada de irregular no processo, mas estamos a disposição para colaborar, como já vem sendo feito. Se por acaso tiver a identificação de alguma irregularidade obviamente tomaremos todas as providências de forma rigorosa”, afirmou ele à GloboNews.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo disse que colabora com investigações e que todo o material requisitado na manhã desta segunda já havia sido encaminhado às autoridades e são, desde sempre, de acesso público através da prestação de contas do município. Acrescentou ainda que "o programa funciona normalmente na cidade". (Leia a íntegra da nota ao final.)

O g1 procurou a ONG para comentar a operação, mas não recebeu retorno até a última atualização desta reportagem.

A empresária Karina Ferreira da Gama, dona da ONG Instituto Conhecer Brasil e da empresa que produz o filme sobre Jair Bolsonaro — Foto: Montagem/g1/Reprodução/Redes Sociais

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Valores cobrados acima do mercado

Segundo o inquérito da Polícia Civil, “as investigações desenvolvidas apontaram possível cenário de grave comprometimento da lisura administrativa e financeira desde a origem da contratação da organização parceira”.

“O primeiro elemento de suspeita reside no próprio direcionamento do chamamento público, o qual contou com a participação exclusiva do Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade que, conforme apurado, não ostentava qualquer histórico de atuação, experiência anterior ou capacidade técnica no setor de telecomunicações, limitando seu histórico operacional a feiras de livros e eventos de natureza literária ou religiosa”, diz o delegado responsável pela investigação.

A polícia também afirma que os valores de mercado cobrado pela ONG para a prestação do serviço estão acima do valor do mercado e das próprias empresas da Prefeitura de São Paulo.

“Evidenciou-se flagrante discrepância de valores em comparação com os parâmetros de mercado e contratações pretéritas. Enquanto a Prodam, empresa pública municipal de tecnologia de São Paulo, prestava serviços idênticos pelos custos de R$ 230,00 para implantação por ponto e R$ 306,00 para manutenção mensal por ponto, o acordo firmado com o Instituto Conhecer Brasil estipulou o pagamento fixo mensal de R$ 1.800,00 por ponto de internet instalado, gerando um custo injustificadamente superior para a municipalidade”, declarou.

Os investigadores também afirmam que a Secretaria de Inovação e Tecnologia repassou à ONG valores mensais sem a devida instalação dos 5 mil pontos a que foi contratada nos primeiros meses de vigência do contrato.

“Embora o cronograma original impusesse a entrega de 5.000 pontos de conectividade até o mês de junho de 2025, a entidade instalou apenas 3.200 pontos. Para ocultar a mora e legitimar o atraso reiterado, foram celebrados três termos aditivos em curtíssimos intervalos de dias”, afirma o documento.

O inquérito diz ainda que ficou constatado que a prefeitura antecipação o pagamentos de R$ 26 milhões sem a devida contraprestação, incluindo repasses superiores a R$ 11 milhões nos meses de julho e agosto de 2024 relativos a 3.200 pontos quando somente seis deles de fato funcionavam no período.

A policia diz que o pagamento antecipado constitui irregularidade, mas a Prefeitura de São Paulo afirma que o modelo contratual é de repasse à ONG para depois prestar contas, para que haja recursos para a execução da política pública. O modelo é determinado pela Lei Federal n.º 13.019/2024, marco regulatório nacional para as parcerias com organizações sociais.

Sobre o TCM ter apontado irregularidades no edital e na formulação do contrato, a gestão municipal já tinha feito ajustes à época e o próprio tribunal concordou com o prosseguimento do chamamento público normalmente.

Notas fiscais canceladas

As notas fiscais canceladas apresentadas pela a ONG Instituto Conhecer Brasil à Prefeitura de São Paulo na prestação de contas. — Foto: Reprodução/PMSP

Alem da Polícia Civil, o Instituto Conhecer Brasil (ICB) também é investigado pelo Ministério Público de São Paulo. Em 20 de maio, o g1 publicou uma reportagem dizendo que ao menos R$ 4 milhões em notas canceladas ou para si própria foram apresentados à Prefeitura de SP pela ONG para justificar despesas do contrato.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Levantamento feito nas prestações de contas da ONG apontou o uso de notas milionárias canceladas no site da própria prefeitura de junho de 2024 a dezembro de 2025.

➡️ Uma nota fiscal só pode ser cancelada pelo emitente (vendedor ou prestador de serviço), mas a operação deve ser regularizada com a emissão de uma nova para comprovar o devido recolhimento de impostos. A nota fiscal, que detalha o valor exato e a alíquota do imposto correspondente, é a forma que o governo tem de rastrear as operações comerciais e o seu registro é crucial para a fiscalização da Receita Federal. Deixar de emitir nota fiscal é crime de sonegação fiscal.

Ao g1, Karina disse desconhecer notas canceladas por fornecedores contratados e que os problemas nas notas fiscais do próprio instituto foram apontadas por ela e "já estão sendo resolvidos na prestação de contas que estou preparando para entregar do bimestre". (Leia mais abaixo.)

Já a prefeitura negou que exista alguma irregularidade no contrato e disse que "a execução do contrato para o programa é monitorada rigorosamente e não há nenhuma decisão definitiva ou processo administrativo que aponte a existência de irregularidades estruturais, desvios ou ilegalidades". A gestão Ricardo Nunes também afirmou que o contrato não tem qualquer relação com a produção do filme sobre o ex-presidente.

Notas canceladas

Um caso envolve a empresa Complexsys Soluções Integradas Ltda., contratada pela ONG para prestação de serviços. O proprietário é o empresário André Feldman, que aparece nas redes sociais em fotografias ao lado de Karina da Gama, dona e presidente do instituto.

Em novembro de 2025, a Complexsys emitiu uma nota fiscal de R$ 2 milhões no sistema da Prefeitura de São Paulo por supostos serviços de verificação e reparo técnico de equipamentos. No entanto, o g1 consultou os registros municipais e constatou que a mesma nota aparece como cancelada no sistema oficial da administração municipal.

Segundo os dados da própria prefeitura, o documento foi cancelado no mesmo dia em que foi emitido, em 6 de novembro de 2025. Apesar disso, a nota foi incluída na prestação de contas apresentada por Karina Gama à gestão municipal em fevereiro deste ano.

O que diz a Complexsys

Por meio de nota, a empresa Complexsys Soluções Integradas Ltda., do empresário André Feldman, relatou que “acompanha com serenidade a investigação atualmente conduzida pelas autoridades competentes e que é mera prestadora de serviços da OSC Instituto Conhecer Brasil”.

“Importa registrar que inexistem, até o presente momento, conclusões definitivas aptas a justificar qualquer juízo de responsabilidade em desfavor da empresa a que prestamos serviços técnicos, razão pela qual se impõe a observância dos postulados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da presunção de inocência. A empresa permanece à disposição das autoridades para os esclarecimentos necessários."

Emissão de notas do próprio instituto

Além das notas de terceiros, a documentação da ONG tem notas emitidas pelo instituto direcionadas para ele mesmo, como se ele tivesse prestado um serviço para si próprio.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

No levantamento feito pelo g1 na prestação de contas da entidade, há ao menos três notas da empresa que se enquadram nesta situação e somam mais de R$ 1,4 milhão, todas justificando gastos do projeto de wi-fi.

Um parecer da Secretaria de Tecnologia da prefeitura, datado de 26 de fevereiro de 2026 e assinado pelos diretores Marcia Soares de Sousa e João Paulo Santana de Jesus, aponta que o instituto não poderia emitir notas para si mesmo e tampouco devolveu os valores irregulares apontados nas prestações de contas.

“Notas fiscais consideradas indevidas; pois a instituição não pode emitir nota para si própria”, diz o parecer, que aponta, ainda, que há pelo menos R$ 925 mil em pagamentos em duplicidade declarados pela ONG na comprovação das despesas.

Parecer da secretaria de Inovação e Tecnologia apontando irregularidades nas prestações de conta da ONG. — Foto: Reprodução/PMSP

“Verifica-se que a Organização da Sociedade Civil não promoveu a restituição integral dos valores glosados dentro do exercício analisado, tampouco sanou todas as inconformidades apontadas pela área técnica SMIT/CID/DFD, em descumprimento às disposições da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 57.575/2016. A permanência de valores expressivos pendentes de devolução caracteriza irregularidade grave na execução financeira da parceria, comprometendo a regularidade da prestação de contas”, diz o parecer de fevereiro de 2026.

Apesar das inconformidades apontadas pelo parecer, os diretores da pasta e o secretário de Tecnologia, Humberto de Alencar, optaram por “aprovar a prestação de contas da entidade com ressalvas, condicionada à restituição integral dos valores glosados e pendentes, no montante total de R$ 930.256,87”.

Por meio de nota enviada à época, a gestão Ricardo Nunes afirmou que a empresa devolveu integralmente os R$ 930 mil e que, por isso, teve o contrato renovado para a instalação dos demais 1.800 pontos de wi-fi que ainda faltam do contrato.

Nota de R$ 199,4 mil da empresa cearense JR Feijão Ltda, canceladas no site do governo de SP mas usadas na prestação de contas da ONG. — Foto: Reprodução/PMSP

Faturas

Em 2024, a ONG contratou a empresa Make One Tecnologia Digital Ltda. para locação de equipamentos eletrônicos. Em vez de notas fiscais, apresentou quatro faturas para justificar despesas de R$ 8,5 milhões, como permite a lei.

Chama atenção também elas terem números sequenciais e, pelo menos três delas, terem sido emitidas no mesmo dia, com a mesma data de vencimento, mas com valores diferentes.

As faturas da Make One Tecnologia Digital Ltda, sem valor fiscal, apresentadas na prestação de contas da a ONG Instituto Conhecer Brasil. — Foto: Reprodução/PMSP

No sistema da prefeitura, a reportagem encontrou notas fiscais da mesma Make One para o serviço de aluguel e manutenção de equipamentos, mas justificando serviços para a Prodam, a empresa de processamento de dados da própria prefeitura.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Nesse caso da Prodam, a fatura remete ao número da nota fiscal, com o código de verificação no site da prefeitura, com todas as informações fiscais sobre o recolhimento de impostos municipais.

Segundo o advogado tributarista Marcelo John, do escritório Benedito Torres Advogados, de fato, não há necessidade de emissão de nota fiscal em locação de bens móveis, já que o Imposto Sobre Serviço (ISS) não incide nesse caso. A emissão de fatura ou recibo já é suficiente. De qualquer forma, a atividade deve ser tributada por outras fontes, como imposto de renda, contribuição sobre o lucro, PIS e COFINS.

O especialista disse que, dependendo da atividade realizada por ONGs, não há necessidade de emissão de nota fiscal.

Contudo, em algumas operações, especialmente quando não há obrigação legal de emissão de nota fiscal de serviços, a fatura, o recibo, o contrato e o comprovante de pagamento podem servir como elementos de comprovação da despesa. No caso mencionado pela reportagem, a discussão está relacionada ao enquadramento da operação como locação pura de bens móveis, hipótese em que a emissão de nota fiscal de serviços não seria exigida, ou se havia também prestação de serviços agregada, hipótese em que a emissão de nota fiscal seria necessária."

Em relação à sequência de emissão das faturas, o advogado afirmou que não se trata de uma prática comum, já que o ideal é emitir notas na medida em que o serviço é prestado, sem deixar acumular.

"Não é necessariamente ilegal que faturas tenham numeração sequencial, mesma data de emissão ou mesmo vencimento e valores diferentes. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando uma empresa consolida cobranças de períodos distintos, de contratos diferentes, de itens diferentes ou de medições acumuladas. No entanto, cada fatura precisa ter lastro claro: contrato, período de referência, objeto, critério de cálculo, comprovação de entrega ou disponibilização dos bens e efetivo pagamento.

Apesar disso, em casos de prestação de contas com recursos públicos, esse tipo de procedimento deve ser mais cauteloso. Faturas sequenciais, emitidas no mesmo dia, com mesmo vencimento e valores distintos não provam, por si só, irregularidade, mas podem ser um indício que justifica verificação mais rigorosa: se houve acumulação artificial de cobranças, se os bens foram efetivamente locados, se os valores correspondem ao contrato, se houve pagamento regular, se o emitente estava tentando ocultar alguma informação e se a despesa está vinculada ao objeto público financiado.

Vale frisar que, em contratos públicos, a regularidade não depende apenas de existir um documento de cobrança, mas de esse documento demonstrar, com segurança, que a despesa foi real, pertinente, compatível com o objeto contratado e regularmente paga", diz John.

Em 2027, no entanto, a regra vai mudar.

"A partir do período de transição do novo sistema tributário, com efeitos práticos em 2027, a locação passa a ser alcançada pelo novo modelo de tributação sobre consumo, embora isso não signifique dizer que ela passará a ser serviço para fins de ISS. São regimes distintos: o ISS continua não incidindo sobre locação pura de bens móveis até a extinção definitiva desse tributo, mas IBS/CBS irão incidir", diz o advogado.

LEIA MAIS:

O empresário André Feldman, dono da Complexsys Soluções Integradas Ltda, que emitiu nota e cancelou em favor do instituto de Karina da Gama. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

Karina e a campanha de Frias

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A empresária também mantém relações políticas com aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em 2022, Karina prestou serviços de consultoria para a campanha a deputado de Mário Frias. Pelo serviço, uma das várias empresas dela, a GO7 Assessoria, Produção e Marketing Cultural Ltda., ganhou R$ 54 mil da campanha do político.

A empresa funciona no mesmo endereço e na mesma sala da ONG e da produtora de cinema quer pertencem à jornalista, na Avenida Paulista, Centro de São Paulo.

Ao g1, Karina confirmou que participou da campanha de 2022 (leia mais abaixo).

Karina da Gama aparece na diplomação do deputado Mário Frias (PL), em dezembro de 2022, e é chamada de 'equipe' pela esposa dos parlamentar nas redes sociais. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

Nas redes sociais, a esposa do deputado, Juliana Frias, postou fotos da família ao lado de Karina Gama no dia da diplomação do parlamentar. Na legenda da foto, a esposa diz que tinha orgulho do marido e da "equipe" responsável pela sua eleição.

O deputado do PL também destinou, via emendas parlamentares, cerca de R$ 2 milhões para o Instituto Conhecer Brasil, de Karina Gama.

A transação está em investigação no Supremo Tribunal Federal (STF) sob suspeita de falta de transparência, que dificultaria a rastreabilidade dos recursos.

O g1 procurou a equipe de Mário Frias para comentar a relação entre ele e Karina, mas não recebeu retorno até a última atualização desta reportagem.

Contrato sob suspeita

Além das inconsistências fiscais, o g1 identificou problemas também em um contrato de R$ 12 milhões da ONG de Karina com a empresa Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda. O dono da empresa é o empresário Alex Leandro Bispo dos Santos, que está preso desde fevereiro acusado de feminicídio da companheira.

No primeiro contrato assinado com a ONG, o nome do empresário como representante da companhia aparece apenas como Alex, sem sobrenome, CPF ou identidade.

A empresa foi responsável por instalar mais de 900 pontos de internet nas favelas da cidade, segundo a prestação de contas do Instituto Conhecer Brasil, recebendo mais de R$ 2 milhões, segundo as notas apresentadas para a Prefeitura de São Paulo pela entidade até o final de dezembro de 2025.

A denúncia sobre este contrato foi feita pelos portais "The Intercept Brasil" e "Metrópoles" em dezembro de 2025, quando Bispo ainda estava sob investigação pela Polícia Civil sobre o suposto feminicídio.

Contrato entre a Ong Instituto Conhecer Brasil e a empresa Favelas Conectadas. — Foto: Reprodução/ PMSP/ICB

Após a denúncia, em janeiro, a empresa Favela Conectada deixou de ter Alex Leandro como sócio único e passou para o controle de Tatiane Camargo de Oliveira Fernandes, segundo o registro da Junta Comercial Comercial de SP (Jucesp).

Tatiane mora no mesmo endereço de Alex, na Rua Ernesto Paglia, na região do Butantã, Zona Oeste de São Paulo.

O g1 não localizou a defesa do empresário.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Em conversa com o g1, Karina afirmou que não reconhece o contrato assinado por ela e por um Alex não identificado. Ela levantou a hipótese de o contrato ter sido fraudado e entregue à reportagem por algum desafeto da empresa dela, como o ex-marido.

Porém, o g1 teve acesso ao documento a partir do drive em que a própria Karina inclui comprovantes de despesas para prestar contas à prefeitura.

Pelo registro do Google Drive, foi ela mesma quem incluiu o contrato para a fiscalização dos técnicos da Prefeitura de São Paulo.

O que diz Karina Gama

Drive onde Karina da Gama disponibilizou o contrato de R$ 12 milhões com o Favelas Conectadas, que ela disse ao g1 que foi fraudado. — Foto: Reprodução/PMSP

Em conversa com o g1 por telefone, ela afirmou que desconhece as notas mencionadas nesta reportagem, "mas não tem controle se um fornecedor contratado anula uma nota. As notas fiscais do próprio instituto glosadas, fui eu mesma que apontei para a prefeitura os problemas, e eles estão sendo resolvidos na prestação de contas que estou preparando para entregar do bimestre".

Karina disse que, depois da saída de Alex Bispo da sociedade da empresa, um novo contrato aditivo foi feito com a nova dona do Favelas Conectadas, uma vez que o ex-dono não podia mais responder pela instalação dos pontos, já que está preso.

Karina informou, ainda, que a ONG e as três firmas que estão no nome dela funcionam no mesmo endereço para que possa "manter o controle sobre as empresas".

O que diz a gestão Nunes

"A Prefeitura de São Paulo informa que colabora com investigações em andamento e segue à disposição das autoridades, tendo já prestado informações. Todo o material requisitado na manhã desta segunda-feira já havia sido disponibilizado às autoridades e são, desde sempre, de acesso público, por meio da prestação de contas do município. A administração ressalta que o programa funciona normalmente na cidade e pode ser acompanhado em tempo real no link https://wifilivrecomunidades.org/sp.

Por volta das 9h desta segunda-feira, dos 3,2 mil pontos contratados pela prefeitura, apenas 52 estavam off-line e passavam por manutenção. Não houve pagamento por parte da administração para 5 mil pontos. O aditivo em questão é exclusivamente para manutenção dos 3,2 mil pontos já instalados nas comunidades periféricas da cidade.

A prefeitura reforça que toda a prestação de contas, com documentos, notas fiscais, contratos e outras informações, está no sistema SEI, que é público. O processo passou também por acompanhamento do Tribunal de Contas do Município (TCM). A Prefeitura repudia veementemente ilações de desvios de recursos públicos, uma vez que o contrato do Instituto Conhecer Brasil seguiu rigorosamente os princípios da legalidade, transparência e economicidade.

Vale lembrar que o chamamento público, aberto por 30 dias para qualquer entidade interessada, ocorreu em 2024, quando não havia sequer produção do filme mencionado, e o processo cumpriu todas as exigências legais. Para 2026, o custo estimado na parceria com o instituto corresponde a R$ 1.280,80 por ponto/mês, significativamente menor do que as propostas recebidas em 2022, de R$ 2.026,26 por ponto/mês e R$ 5.092,14 por ponto/mês".

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Karina da Gama é recebida pelo Prefeito Ricardo Nunes (MDB), em visita na sede da Prefeitura de SP, no Centro. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

O que diz o MP

O MP investiga os contratos da ONG em duas frentes: na Promotoria Patrimonial e também na Criminal.

Em nota, a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital, informou que "há um inquérito civil em andamento para apurar eventuais irregularidades no Termo de Colaboração n. 01/SMIT/2024, firmado entre a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia e Instituto Conhecer Brasil, cujo objeto consiste na implantação, operação e manutenção de 5.000 pontos de acesso à rede de wi-fi pública em comunidades do município, pelo prazo de 12 meses".

A promotoria diz ainda que há "notícia de: A) suposto direcionamento do chamamento público anterior; B) ausência de justificativa técnica ou econômica para o ajuste com organização da sociedade civil; C) celebração de três aditamentos contratuais em sequência, com intervalos de pouquíssimos dias entre a sua solicitação e a efetiva formalização; e D) repasses financeiros originalmente previstos para fases posteriores do ajuste e referentes a serviços ainda não implantados".

Fonte original: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/06/01/nunes-diz-que-dona-de-ong-investigada-e-trabalhadora-e-decente-e-fala-em-perseguicao-politica-por-filme-sobre-bolsonaro.ghtml · Coletado em 29/09/2026 10:04 · Gerado em 29/11/2026 01:09

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.